



BOLETIM ESPECIAL

Resumo do trabalho
no Legislativo e no
Executivo 2021/2022



Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

CONQUISTA HISTÓRICA

Resultado da atuação do SINAIT: novos protocolos trazem mais segurança aos AFTs

18

ATENÇÃO REDOBRADA

SINAIT defende prerrogativas e atribuições da carreira

7

PARLAMENTO

Mobilização no Congresso garantiu o adiamento de votações de matérias nocivas

PEC 32/2020 11

PEC 18/2011 50

EXPEDIENTE



Publicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT

Julho de 2022

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL

- Presidente** | Bob Everson Carvalho Machado (RS)
Vice-Presidente | Carlos Fernando da Silva Filho (PE)
Dir. Planejamento e Finanças | Antônio Carlos Costa (SC)
Dir. Adjunta | Virna Soraya Damasceno (RN)
Dir. Administração e Patrimônio | Vânia Elita Teixeira de Abreu (CE)
Dir. Adjunta | Marinilda Verçosa Amorim (AL)
Dir. Política de Classe | Pedro Paulo Martins (RJ)
Dir. Adjunto | Renato Bignami (SP)
Dir. Prerrogativas | Henrique Edson Oliveira Fiorentino (MG)
Dir. Adjunta | Eliane Maria Braga Pereira Gomes (CE)
Dir. Inspeção do Trabalho | Valdiney Arruda (MT)
Dir. Adjunto | Lucas Reis Da Silva (SC)
Dir. Saúde e Segurança do Trabalhador | Francisco Luís Lima (PI)
Dir. Adjunto | Giuliano Gullo (MS)
Dir. Aposentados e Pensionistas | Marli Marlete Chaplin Andrade (SE)
Dir. Adjunta | Alberlita Maria da Silva (PA)
Dir. Comunicação | Maria Teresa Pacheco Jensen (PR)
Dir. Adjunto | Sebastião Estevam dos Santos (SP)
Dir. Assuntos Jurídicos | Wellington Maciel Paulo (BA)
Dir. Adjunta | Francimary Oliveira Michiles (AM)
Dir. Assuntos Parlamentares | Leonardo José Decuzzi (ES)
Dir. Adjunta | Magda Targino M. Leite (PB)
Dir. Assuntos Culturais | Rosângela Silva Rassy (PA)
Dir. Adjunta | Vera Lúcia Amorim Jatobá (PE)
Dir. Relações Intersindicais | Marco Aurélio Gonsalves (DF)
Dir. Adjunto | Benvindo Coutinho Soares (MA)
Dir. Relações Internacionais | Rosa Maria Campos Jorge (GO)
Dir. Adjunto | José Antônio Pastoriza Fontoura (RS)

CONSELHO FISCAL NACIONAL

TITULARES

Franklim Rabelo de Araújo (CE)
Odessa Martins Arruda Florêncio (GO)
Milton de Vasconcelos Batista (RN)

SUPLENTE

Sylvio Geraldo Couto Barone (RS)

Produção | Invicta Comunicação

Curadoria | Ascom/SINAIT

Email | sinait@sinait.org.br

Telefone | 61 3328-0875

Endereço | SCN Quadra 01, Bloco C, nº 85
Edifício Brasília Trade Center
SLJ 10 Salas 401/8 Brasília/DF
CEP: 70711-902

SUMÁRIO

ATRIBUIÇÕES	7
SINAIT trabalha contra projetos que limitam atuação dos AFTs	
MAIS SERVIÇO PÚBLICO	11
Mobilização unificada impediu a votação da reforma administrativa	
CONQUISTA HISTÓRICA	18
Resultado do trabalho do SINAIT: novos protocolos trazem mais segurança aos AFTs	
MAIS REALIZAÇÕES	25
Reajuste nos valores das diárias coroa luta de mais de uma década	
DIREITOS EM XEQUE	30
Mudanças no instituto da Aprendizagem Profissional acendem sinal de alerta	
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	36
Criação do Domicílio Eletrônico Trabalhista é mais uma conquista do Sindicato	
ATÉ A REGULAMENTAÇÃO	41
Trabalho em defesa do Bônus de Eficiência segue no Executivo	
MAIS RECURSOS	46
SINAIT atua para ampliar orçamento da Inspeção do Trabalho	
MAIS INFÂNCIA	50
Enfrentamento do Sindicato adia votação de matéria que reduz a idade mínima para o trabalho no Brasil	
MAIS INOVAÇÃO	55
FGTS Digital garante incremento da fiscalização e redução de burocracias	
NOTAS	57



CARTA AO LEITOR

COLEGA FILIADO,

A defesa intransigente das atribuições, prerrogativas e segurança dos Auditores-Fiscais do Trabalho, da subsistência do serviço público e dos direitos de toda a classe trabalhadora é destaque no segundo volume da série de publicações que presta contas da atuação do SINAIT nos diversos âmbitos. Nesta edição, espaço para ações no Legislativo e no Executivo.

Matéria prioritária para o governo e sua base no Parlamento, a PEC 32/2020 - reforma administrativa - foi protagonista na pauta da Câmara dos Deputados no último ano. “PEC 32 é retrocesso”. A frase, que estampava as faixas levadas por nós às manifestações nas ruas e aeroportos, sintetiza o recado que levávamos, de maneira mais substancial, aos parlamentares.

A aposta na produção e disseminação de materiais técnicos que desmontassem a argumentação dos apoiadores da reforma, respaldada por uma agenda de atos públicos e de interlocução das entidades representativas com os congressistas, deu certo. Fragili-

zada e sem apoio, a reforma encontra-se escanteada. Todavia, a vigilância segue, haja vista a sinalização de um possível ressurgimento no período pós-eleitoral.

No Senado Federal, segue em curso a luta contra dois dispositivos que pretendem limitar o espaço de atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho. Segundo substitutivos apresentados aos Projetos de Lei do Senado 220/2014 e 540/2018, a tarefa de embargar obras e interditar máquinas e equipamentos, em situações que representem risco ao trabalhador, não deve ser exclusiva de AFTs. De modo a combater mais este retrocesso, os diálogos com senadores têm sido intensos.

No Parlamento, também, atenções voltadas à regulamentação do bônus de eficiência, tema sobre o qual mantemos contato com os principais atores envolvidos na confecção do Orçamento de 2023, e aos direitos dos adolescentes. Após intensa articulação, conseguimos adiar a votação da PEC 18/2011, que prevê a redução da idade mínima para o trabalho. Sinal de alerta aceso, da mesma forma, às mudanças no instituto da Aprendizagem Profissional.

Já no Executivo, destaque aos Protocolos de Segurança, grande conquista para toda a categoria, uma vez que representam importante instrumento de preservação da integridade física dos AFTs. Foram oito anos de diligências, até a entrada em vigor dos procedimentos. Na esteira do incremento à segurança dos servidores, outra conquista se deu com a criação do Domicílio Eletrônico Trabalhista, bastante pleiteada pelo Sindicato que, agora, cobra celeridade na regulamentação e implementação da ferramenta. E

por falar em luta histórica com desfecho exitoso, foi publicado, em 1º de julho, no Diário Oficial da União, Decreto que reajusta os valores das diárias, congeladas há mais de uma década, coroando uma mobilização em que o SINAIT foi protagonista.

Ainda nas páginas deste informativo, a busca por mais investimentos na Auditoria Fiscal do Trabalho e a chegada do FGTS Digital, projeto acompanhado por nós desde os primeiros passos e que garantirá, além da redução de burocracias, uma fiscalização mais ágil e precisa do Fundo.

Por uma carreira mais forte e valorizada e por um país mais justo e eficiente, graças ao seu apoio, estimado colega, é que seguimos atuando.

Bob Machado

Presidente



ATRIBUIÇÕES

SINAIT trabalha contra projetos que limitam atuação dos AFTs

PLS 220/2014 e 540/2018 são alvos de atenção no Senado Federal

Defender a Auditoria Fiscal do Trabalho é defender também a saúde e segurança do trabalhador. Neste sentido, o SINAIT tem atuado diuturnamente no Congresso Nacional contra o esvaziamento do rol de atribuições e prerrogativas dos AFTs. Dentre os dispositivos que concentram as atenções do Sindicato Nacional estão os Projetos de Lei do Senado (PLS) 220/2014 e 540/2018, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT/RS) e do ex-senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), respectivamente.

As matérias tramitam na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Casa, sob relatoria do senador

Irajá (PSD/TO), e foram completamente desfiguradas. De acordo com os substitutivos apresentados pelo relator, as tarefas de embargar obras e interditar máquinas e equipamentos, em situação que demonstre grave e iminente risco aos trabalhadores, caberão aos superintendentes regionais do trabalho. Ocorre que tais cargos nem sempre estão sob a responsabilidade de integrantes da Auditoria Fiscal do Trabalho, que são os detentores de conhecimento técnico e verificam *in loco* se as condições laborais representam ameaças diversas ao trabalhador.

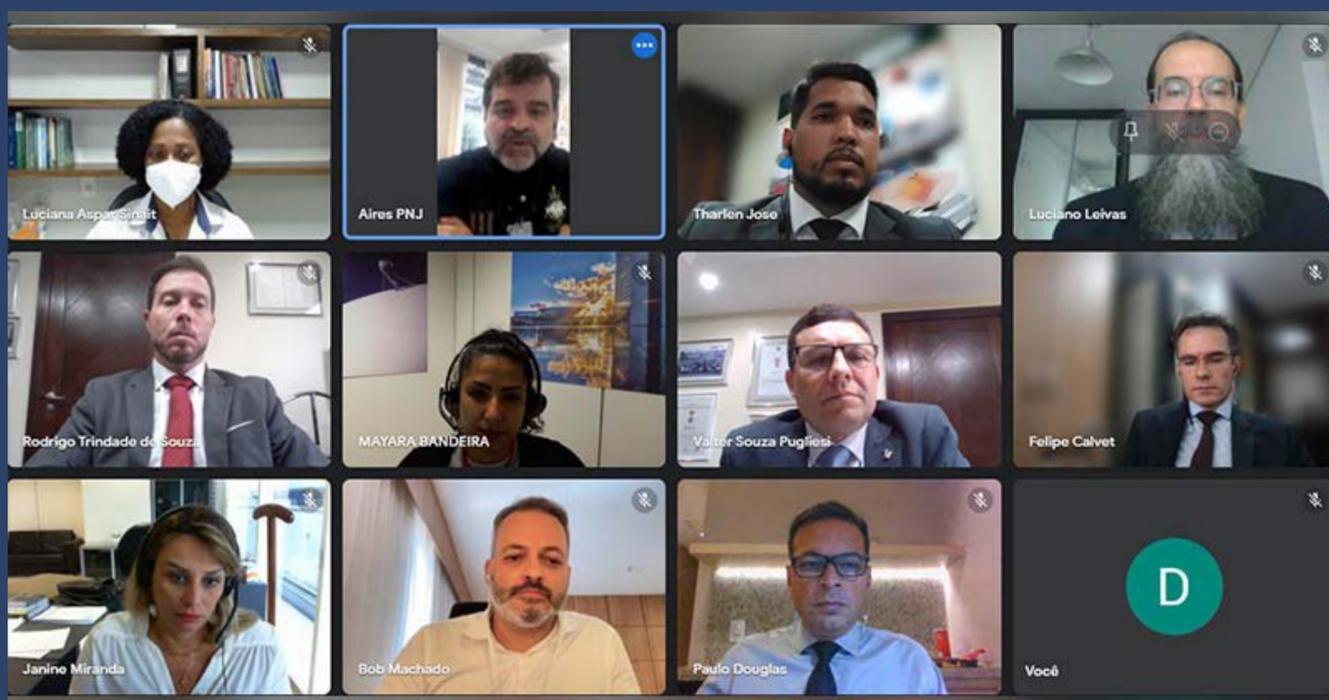


Reunião com gabinete do senador Paulo Paim PT-RS

“Embargar e interditar fazem parte de nossas atribuições, que exigem embasamento técnico, e não queremos contaminação política numa decisão que pode custar a vida de uma pessoa”, afirmou Carlos Silva, vice-presidente do SINAIT, durante reunião com o gabinete do senador Flávio Arns (Podemos/PR) no dia 23 de março, ao criticar as mudanças à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) propostas pelo relator.

O encontro, que também contou com a presença de representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), teve por finalidade debater estratégias para impedir a aprovação dos projetos nos termos dos substitutivos.

Além da proteção à integridade do trabalhador, aspecto primordial, o fortalecimento das ações de fiscalização proporciona economia ao erário, conforme destacou, no dia 14 de março, o presidente do Sindicato Nacional, Bob Machado, em encontro virtual com a assessoria do senador Paulo Paim. “O embargo e a interdição, inclusive, são instrumentos que geram economia aos cofres públicos, ao impedir que trabalhadores fiquem dependentes de auxílios acidentários ou benefícios previdenciários precocemente”, ponderou.



Reunião com o gabinete do senador Flávio Arns (Podemos-PR)

Na oportunidade, o dirigente alertou, ainda, para o elevado déficit de pessoal e a necessidade de reposição de cargos vagos. “O país cresceu economicamente, com o aumento do número de empresas a serem fiscalizadas, mas a Inspeção do Trabalho diminuiu. Mesmo assim, nos desdobramos para garantir a vida e a saúde dos trabalhadores. Não podemos ser atacados também nas nossas competências. O que precisamos é ampliar a atuação da Inspeção do Trabalho, o que inclui a realização de concursos”, completou.

Anteriormente, os projetos haviam pautado reunião entre o SINAIT e o MPT, ocasião em que foi definida uma agenda conjunta de articulação no Parlamento.

As matérias tramitam em caráter terminativo na CAS. No caso do PLS 540/2018, é esperada a realização de audiência pública, em que o Sindicato Nacio-

nal será um dos interlocutores, atendendo a requerimento do senador Paulo Rocha (PT/PA).



Reunião com procuradores do MPT

Ciente de que o tema é de grande importância para a categoria e para a sociedade, o SINAIT se mantém atento e pronto para agir contra a redução do espaço de atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho. ●



MAIS SERVIÇO PÚBLICO

Mobilização unificada impediu a votação da reforma administrativa

Embora a matéria tenha deixado a pauta prioritária do Congresso Nacional, continua a ser tratada nos bastidores e pode ser retomada após as eleições

O ano de 2021 terminou com a vitória dos servidores públicos federais sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa. Foram quinze meses de intensa mobilização, desde que a matéria foi enviada ao Congresso Nacional, em setembro de 2020. Nesse período, o SINAIT atuou intensamente para conscientizar congressistas, servidores e a população sobre os impactos negativos da reforma para o serviço público.

NO CONGRESSO

A mobilização foi constante e se desenvolveu em diversas frentes. No Parlamento, dirigentes buscaram interlocução com deputados de diferentes partidos com o objetivo de barrar o avanço da PEC.

Em audiência pública da Comissão Especial na Câmara dos Deputados, em agosto passado, o presidente do Sindicato, Bob Machado, denunciou as bases frágeis da proposta em pauta. “A reforma parece ter sido construída sobre um amontoado de preconceitos em relação aos servidores públicos. O projeto não foi discutido com os atores que estudam, planejam, executam e utilizam os serviços públicos”, afirmou. Ao traçar um paralelo com experiências internacionais malsucedidas, de viés meramente fiscal, observou ainda que uma matéria desta magnitude requer discussão séria e aprofundada sobre a realidade do setor público e da demanda social. “Precisamos de um diagnóstico e, a partir daí, construir soluções; não partir de premissas absolutamente equivocadas”, pontuou, ressaltando o esforço do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) na produção de materiais técnicos para subsidiar o debate público.

Também na Câmara, durante audiência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Casa, realizada em maio de 2021, o vice-presidente do SINAIT, Carlos Silva, alertou sobre as inconstitucionalidades da proposta. “A PEC 32 é um grande equívoco político de mérito e de propósito. É uma opção por um projeto de Estado com poder dimi-

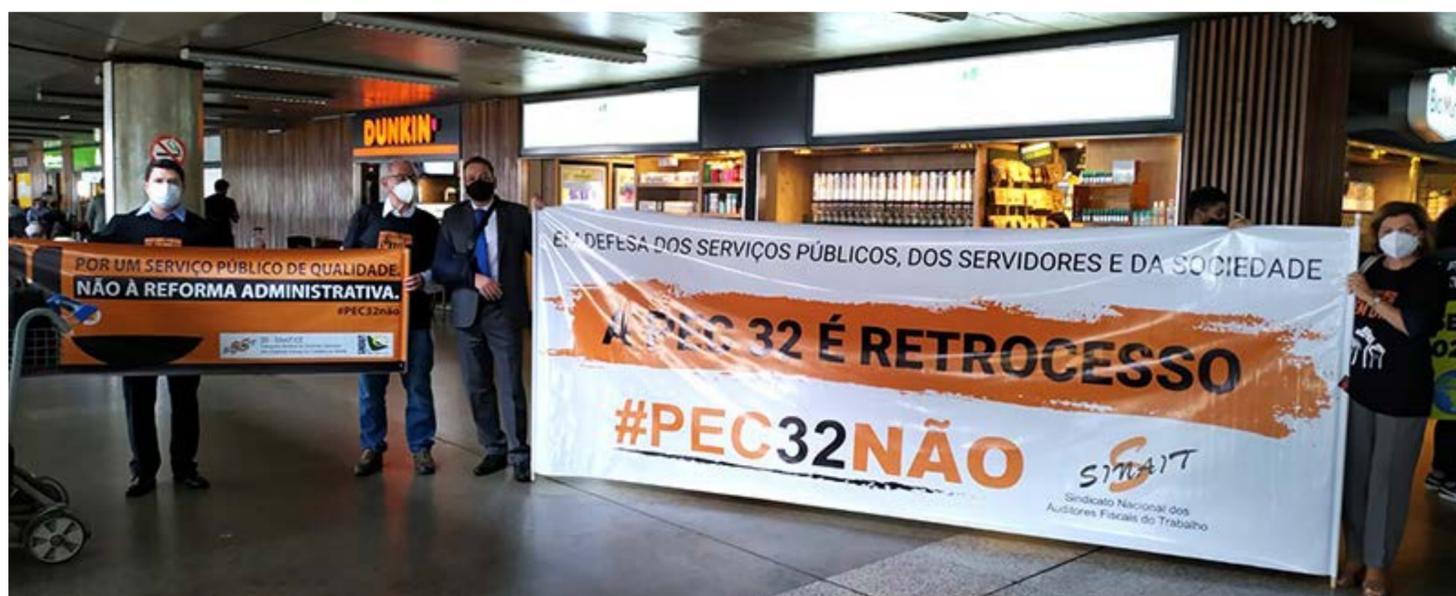
nuído de resposta e atendimento aos que mais necessitam”, concluiu. Na mesma linha, a diretora do Sindicato, Rosa Jorge, salientou, em diferentes ocasiões, que a reforma administrativa não se propunha a resolver os reais problemas do serviço público, pelo contrário, ao relativizar a estabilidade e ampliar a terceirização, impactaria no atendimento às necessidades da população. “A proposta retira direitos, mas não melhora a estrutura do Estado. Passa a mensagem de que resolve problemas, mas isso não é verdade”, considerou.



Os argumentos foram levados, também, a reuniões com os deputados Eduardo Cury (PSDB/SP), Vitor Hugo (PL/GO), João Campos (Republicanos/GO), Evair de Melo (PP/ES), Hildo Rocha (MDB/MA), Milton Coelho (PSB/PE), Rogério Correia (PT/MG), Rui Falcão (PT/SP), Túlio Gadelha (PDT/PE), Marcelo Ramos (PL/AM), Sanderson (PSL/RS) e outros.

A ampliação dessa interlocução permitiu às entidades colaboração direta na construção da primeira versão do substitutivo, que, dentre os avanços, incluía, no texto constitucional, o rol de carreiras de Estado. Mas, depois de muitas idas e vindas, o relator na Comissão Especial, deputado Arthur Maia (União/BA), manteve, na versão final do texto: instrumentos

de cooperação entre as iniciativas pública e privada, com potencial de ampliar a corrupção no país; novas possibilidades de demissão de servidores estáveis, o que, na prática, acabava com a estabilidade; novas formas de contratação, que resultariam na terceirização irrestrita, além da possibilidade de redução de jornada com redução proporcional de salário.



NAS RUAS

Diante do que estava posto, as entidades de classe do serviço público fecharam questão contra o substitutivo e intensificaram a mobilização. Com a aprovação da PEC na Comissão Especial, no dia 24 de setembro - após manobras do presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP/AL), que substituiu membros do colegiado contrários à reforma para garantir os votos necessários à aprovação -, os atos públicos em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados e nos aeroportos de todo o país se tornaram periódicos. Semanalmente, às terças-feiras, os parlamentares passaram a ser recebidos no desembarque do aeroporto de Brasília sob protestos.

“Entendemos que essa PEC destrói o serviço público, atinge os doze milhões de servidores de todas as esferas da federação e prejudica a prestação de serviços à sociedade”, afirmou o presidente do SINAIT,

Bob Machado, ao conchamar servidores e sociedade a se unirem à luta contra a reforma administrativa.



A pressão surtiu efeito. E, já em novembro, o presidente da Câmara admitiu, em entrevistas à imprensa, não ter o apoio necessário para aprovar a matéria no Plenário e que, portanto, o texto poderia ser engavetado.

O SINAIT permaneceu mobilizado nas ruas e no Congresso Nacional, enquanto a imprensa dava conta da estratégia do governo para comprar apoio por meio da liberação de emendas. Com a exposição dos fatos, uma denúncia foi levada ao Supremo Tribunal Federal, que suspendeu, em 9 de novembro, o chamado orçamento secreto.

“A utilização de emendas orçamentárias como forma de cooptação de apoio político pelo Poder Executivo, além de afrontar o princípio da igualdade, na medida em que privilegia certos congressistas em detrimento de outros, põe em risco o sistema democrático mesmo”, apontou a ministra do STF Cármen Lúcia, em seu voto.

VITÓRIA

O breque à estratégia do governo foi a bala de prata para que a, já fragilizada, PEC 32/2020 fosse retirada da pauta de votação do Plenário da Câmara.

No dia 15 de dezembro, o SINAIT, deputados contrários à reforma e outras entidades representativas do serviço público se uniram em um novo ato público para comemorar o resultado da mobilização.



“A categoria, junto com outras entidades, elaborou e divulgou alguns estudos técnicos, que foram entregues aos parlamentares, para demonstrar que o caminho para a modernização do Estado não é o que está previsto na PEC 32, da reforma administrativa”, lembrou o presidente Bob Machado, ao ressaltar, durante a atividade, que a articulação em defesa do serviço público também se dedicou a subsidiar, com dados, o debate, contaminado por diversas falácias.

EM ALERTA

Embora a paralisação da tramitação da reforma administrativa represente uma importante vitória, é preciso manter a vigilância. Representantes e apoiadores do governo já vislumbram a retomada da pauta após as eleições deste ano.

Em entrevista concedida à Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, afirmou não ter dúvidas de que o governo federal dará andamento à PEC 32/2020 depois de outubro. A pretensão foi confirmada pelo deputado Arthur Maia (União/BA), durante evento promovido

pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em abril. Segundo ele, após as eleições será “muito mais fácil” aprovar a reforma.

No mesmo evento, o ex-presidente da República Michel Temer, também defensor da matéria, avaliou que a resistência da elite do funcionalismo foi o que impediu a votação da PEC pelo Congresso Nacional em 2021.

Nesse cenário, o SINAIT reitera o compromisso de atuar, em todas as frentes e em conjunto com as demais representações sindicais, diuturnamente, em defesa do serviço público. “Não vamos baixar a guarda”, avisa o presidente Bob Machado. ➕

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), integrado pelo SINAIT, acaba de lançar o **40º Caderno da Reforma Administrativa**. A série tem o objetivo de desmistificar temas ligados ao serviço público, como custo e tamanho da máquina, por exemplo.



Acesse a coletânea completa aqui

MINISTÉRIO DO TRABALHO
E PREVENÇÃO

CONQUISTA HISTÓRICA

Renata Veríssimo Gomes/Estadão Conteúdo

Resultado do trabalho do SINAIT: novos protocolos trazem mais segurança aos AFTs

Oito anos após apresentação da minuta ao Ministério do Trabalho, medidas entram em vigor

Fruto do trabalho consistente do SINAIT, a Portaria/ME N° 7.501, que instituiu os Protocolos de Segurança, é um importante instrumento de preservação da vida e da integridade física dos Auditores-Fiscais do Trabalho. A norma, que entrou em vigor em janeiro deste ano, estabelece uma série de procedimentos que devem ser adotados pelos profissionais, quando identificada situação de risco.

O subsecretário de Inspeção do Trabalho (SIT), Rômulo Machado, explica que uma das principais vertentes do novo protocolo é a atuação preventiva. “Na atividade de fiscalização, quando o chefe fizer a

programação das atividades rurais ou fora das zonas urbanas, o que vai gerar a ordem de serviço, já será exigida a classificação do risco daquela ação fiscal”. Se, ainda assim, o Auditor-Fiscal do Trabalho se deparar com uma situação de perigo, deverá, ele mesmo, sua chefia imediata ou o Sindicato, solicitar a instauração do Procedimento Especial de Segurança Institucional (PESI).

De acordo com a Portaria, desde a recepção do pedido, a SIT tem até cinco dias úteis para decidir sobre a instauração do PESI e o mesmo prazo para designar a equipe que será responsável pela aplicação das medidas visando à segurança física e psicológica do AFT e de sua família.

CONQUISTA HISTÓRICA

A instituição de Protocolos de Segurança é, como lembra Rômulo Machado, uma “demanda muito antiga da categoria, em razão de diversas ocasiões e situações em que os Auditores acabaram por se encontrar em perigo”.

Para o presidente do SINAIT, Bob Machado, a medida é um grande avanço. “É uma vitória do Sindicato Nacional e da categoria que, há anos, luta pela implementação destes mecanismos de proteção”, comemora.

“O SINAIT apresentou a primeira minuta desse texto em 2014 e, somente em 2021, com a publicação da Portaria, isso se tornou realidade. Por todo esse tempo, nós lutamos pela criação de procedimentos para instruir o trabalho das chefias, de modo que elas pudessem, juntamente com os Auditores, na forma-

ção das equipes de fiscalização, dedicar atenção institucional à criação de melhores condições de segurança”, afirma o vice-presidente da entidade, Carlos Silva, ao lembrar o histórico de atuação.

O passo dado, sem dúvida, pavimenta um futuro de melhores condições de trabalho, entretanto, esse, como lembra Carlos Silva, é apenas um dos pilares para garantir mais segurança aos AFTs. “Essa é uma medida concreta para enfrentar o contexto que levou à ocorrência da chacina de Unaí. Todavia, nós temos enfatizado constantemente que o número insuficiente de Auditores também significa um problema de segurança, que é agravado dia após dia”, conclui.

Relembre o trabalho do SINAIT na luta pela criação de Protocolos de Segurança:

2014

SINAIT apresenta proposta de minuta com sugestões de Auditores-Fiscais do Trabalho de Pernambuco.

2015



Reunião com o ministro, Manoel Dias

Com o texto consolidado, SINAIT entrega ao então ministro do Trabalho, Manoel Dias, a minuta dos Protocolos de Segurança, com orientações básicas a serem adotadas em situações de risco.

2016



Carlos Silva e Rosa Maria Jorge se reúnem com o então secretário de Inspeção do Trabalho, Paulo Sérgio Almeida

Após novo caso de agressão, SINAIT cobra da Secretaria de Inspeção do Trabalho a instauração urgente de protocolos com vistas à preservação da vida e da integridade física dos AFTs.

2019



Reunião com o secretário de Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo

Com mudanças no governo, Sindicato reapresenta proposta à nova equipe ministerial e reitera que a adoção de medidas, no contexto marcado por diversas situações de violência, é urgente.

2019



SINAIT leva a pauta à 108ª Conferência da OIT

Presentes na 108ª Conferência da OIT, representantes do SINAIT denunciam o aumento dos casos de agressões e ameaças aos Auditores-Fiscais do Trabalho e destacam a necessidade do protocolo para a fiscalização do trabalho.

2019



37º Enafit

Pauta é debatida durante a 37ª edição do Enafit. O então presidente do SINAIT, Carlos Silva, ressalta que os protocolos defendidos pela entidade têm o “objetivo de preservar a integridade física do Auditor-Fiscal do Trabalho em meio a ambientes hostis”.

2019



Sessão da CTASP

SINAIT leva a reivindicação ao Legislativo e cobra, em sessão da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara e em audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, apoio para criação dos protocolos.

2020

Criação dos Protocolos de Segurança é debatida em diversas reuniões. Em resposta à cobrança do Sindicato, o então subsecretário de Inspeção do Trabalho, Celso Amorim, informa que a Pasta está tomando providências para adoção dos protocolos.

2021

É publicada a Portaria/ME nº 7.501, que estabelece os Protocolos de Segurança para a Inspeção do Trabalho.

2022

Novas normas visando à segurança dos AFTs entram em vigor.

TRABALHO CONTINUA



Com vistas à ampliação da segurança, o SINAIT atua para regulamentar o porte de arma aos Auditores-Fiscais do Trabalho no Congresso Nacional. A inclusão dessa previsão no Projeto de Lei (PL) nº 3723/2019, que dispõe sobre mudanças no Estatuto do Desarmamento, foi requerida pelo presidente do Sindicato Nacional, Bob Machado, em reunião com o senador Lasier Martins (Podemos/RS), em março deste ano.

“O SINAIT acompanha a tramitação da proposta e pretendemos sugerir algumas mudanças, visando mais segurança para o Auditor-Fiscal do Trabalho”, ponderou o dirigente.

O senador ouviu as sugestões e se comprometeu a tratar do tema com o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marcos do Val (Podemos/ES). ●



MAIS REALIZAÇÕES

Reajuste nos valores das diárias coroa luta de mais de uma década

Decreto nº 11.117/2022 foi publicado no Diário Oficial da União no último dia 1º de julho

O SINAIT foi uma das entidades protagonistas do processo que culminou no reajuste, em até 70%, dos valores das diárias devidas ao servidor em viagens a trabalho, para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação. A publicação do Decreto nº 11.117/2022, no último dia 1º de julho, no Diário Oficial da União (DOU), coroou o esforço empreendido em mais de uma década de articulações junto ao governo federal.

O normativo estabeleceu 12 novos patamares de diárias, que variam conforme o cargo e o destino. A tabela, é importante ressaltar, não passava por ajustes desde 2009. Mesmo com uma correção abaixo

do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a edição do referido Decreto é uma importante vitória.

RELEMBRE

O reajuste dos valores das diárias, bem como da indenização de transporte, é uma bandeira histórica do Sindicato, visto que a verba é fundamental para assegurar uma rotina adequada de fiscalizações do trabalho, especialmente em municípios do interior dos estados e em áreas rurais.

Em 2009, SINAIT já pleiteava a garantia de reajuste anual da indenização de transporte. À época, em parceria com outras entidades do grupo Fisco, produziu estudo, entregue em 2010 ao então secretário de Recursos Humanos do extinto Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva. O documento apontava a defasagem dos valores pagos pelo Executivo. Em 2011, fruto da atuação do Sindicato, houve mudanças em portarias publicadas pelo Ministério do Trabalho que limitavam o orçamento destinado às despesas com passagens e diárias.

A luta em torno da demanda se manteve nos anos seguintes, constando, inclusive, dos diálogos durante Campanha Salarial. O reajuste da Indenização de Transporte foi um item da negociação com os Ministérios do Planejamento e do Trabalho e Previdência Social, todavia não contemplado. Tratativas também no âmbito da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) que, em 2016, publicou a Nota Informativa nº 14. A publicação dispunha sobre meios de transporte utilizados pelos Auditores-Fiscais do Trabalho em ações de fiscalização.



SINAIT reforça necessidade de reajuste das diárias em reunião com o então ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, realizada no dia 13 de outubro de 2021

Em 2021, seguiram as articulações, dessa vez visando dar maior celeridade à liberação de diárias solicitadas, em face de relatos por parte de Auditores-Fiscais do Trabalho da retenção dos valores. No mesmo ano, com o restabelecimento do Ministério do Trabalho e Previdência, o Sindicato buscou intensificar a interlocução com as instâncias decisórias.

Já em 2022, o tema foi pauta de reuniões com o ministro do Trabalho, José Carlos Oliveira, e sua equipe em abril e junho. “Em razão da natureza da atividade da carreira, muitas vezes desenvolvida em locais de conflito, os Auditores precisam evitar ficar em hospedagens ermas ou afastadas. Já tivemos o assassinato de três Auditores e um motorista do Ministério do Trabalho, na Chacina de Unaí, e não queremos lidar com outra tragédia assim”, destacou a diretora do Sindicato, Rosa Jorge, durante o encontro de 28 de junho.



Diretoria do SINAIT reitera pleito em reunião com ministro José Carlos Oliveira, no dia 28 de junho de 2022

A concretização de mais este avanço, o que não finda a luta pelo fortalecimento dos instrumentos de atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho, deve ser bastante comemorada, conforme assinala o presidente Bob Machado. “É uma conquista, tendo em vista que o congelamento desta parcela indenizatória durava muitos anos. E é fruto da luta do SINAIT e das demais entidades que representam servidores”, celebra.

QUESTÃO DE JUSTIÇA

Vigilante na defesa dos direitos dos Auditores-Fiscais do Trabalho, o SINAIT ajuizou, ainda em julho, uma ação coletiva para questionar dispositivos do Decreto nº 11.117/2022 que preveem possibilidades em que o valor das diárias sofrerá redução. De acordo com o texto, quando o servidor permanecer na mesma localidade por trinta dias corridos ou por sessenta dias alternados, a indenização será descontada em 25%.

Para a assessoria jurídica do Sindicato, a previsão é ilegal e inconstitucional, uma vez que não encontra respaldo na Lei 8.112/1990, que trata do pagamento das diárias no serviço público, e fere o princípio da isonomia, ao criar diferenciação entre servidores que estão em igual situação jurídica.

Com o objetivo de evitar que os AFTs sejam lesados, tendo que custear parte do pagamento de diárias em viagens feitas a interesse da Administração Pública, o SINAIT apresentou pedido de antecipação de tutela para suspensão imediata do dispositivo.

Acompanhe os desenvolvimentos no site sinait.org.br. 





DIREITOS EM XEQUE

Mudanças no instituto da Aprendizagem Profissional acendem sinal de alerta

Normas, que alteram significativamente a legislação vigente, motivaram a entrega de cargos dos coordenadores de Fiscalização de Aprendizagem nas 27 unidades da Federação

A Medida Provisória (MP) 1.116/2022 e o Decreto 11.061/2022, que promovem alterações substanciais no instituto da Aprendizagem Profissional, acenderam um sinal de alerta na Auditoria Fiscal do Trabalho. Em Nota Pública, divulgada no dia 6 de maio, o SINAIT avalia que as mudanças “atropelaram a discussão do PL 6.461/2019 [que versa sobre o Estatuto do Aprendiz]” e trazem insegurança jurídica.

“A MP e o Decreto criam um marco regulatório desconectado da Consolidação das Leis do Traba-

lho (CLT - Decreto-Lei nº 5.452/1943), o que causa imensa insegurança jurídica ao fomentar dúvidas sobre a aplicação do decreto-lei aos aprendizes. Ao alterar quase 90% dos artigos da Lei da Aprendizagem e cerca de 70% do decreto que regulamenta o instituto, os recentes normativos podem ser classificados como mais uma reforma trabalhista”, diz trecho do documento.

Ainda na nota, o Sindicato antecipa que “não irá aceitar qualquer medida que resulte na redução do alcance da política de aprendizagem e na restrição das competências dos Auditores-Fiscais do Trabalho” ([leia a íntegra no site do SINAIT](#)).

A edição dos novos regramentos, vale lembrar, motivou a entrega de cargos de Coordenação de Fiscalização de Aprendizagem Profissional nas 27 unidades federativas.

DIÁLOGO

Visando conter os retrocessos em tela, o Sindicato Nacional vem promovendo uma agenda diuturna de interlocução e debates. Somente no mês de junho, o presidente, Bob Machado, participou de audiências públicas na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e na Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Não bastasse a fragilização de direitos, a redução drástica no número de vagas para aprendizes é mais uma das repercussões negativas em face das mudanças trazidas na MP. “Em dois anos, teremos a redução de 150 mil vagas. Estimo isso porque os contratos têm essa duração. Cada vaga ao ser preenchida

por jovens nessa condição [de vulnerabilidade] contará por duas. A empresa que deveria cumprir quatro cotas, terá a redução de duas vagas”, denunciou o presidente do Sindicato, durante evento realizado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara Federal, em 22 de junho.



Bob Machado aponta prejuízos da MP em audiência pública na CTASP

Ainda segundo ele, além de inconsistente, a matéria é inoportuna e intempestiva. “A MP é ainda mais grave nesse momento, em que saímos de uma pandemia que aumentou a desigualdade social e a pobreza, criando um mar de vulneráveis, que são explorados pelos maus empregadores”, observou na audiência em Caxias do Sul, no dia 27 de junho, ao apontar que a Medida Provisória privilegia o interesse de empresas na redução de custos com aprendizagem, em detrimento dos jovens.



Bob Machado faz críticas à MP 1.116 em audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

O tema também esteve em pauta na reunião entre o SINAIT e o relator do PL 6.461/2019, deputado Marco Bertaiolli (PSD/SP), no dia 28 de junho, que teve a presença do presidente, da diretora do Sindicato Rosa Jorge e do Auditor-Fiscal do Trabalho Ramon de Faria Santos. No encontro, foram elencados motivos pelos quais a MP reduz o alcance da aprendizagem.

O parlamentar ressaltou que espera que o parecer ao PL 6.461/2019 “auxilie inclusive a atuação dos Auditores, além de desburocratizar essa política e incentivar as empresas a contratarem aprendizes”. Bertaiolli relatou que pretende apresentar seu relatório após as definições acerca da MP e que busca diálogos com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL), e com a relatora da Medida Provisória, Celina Leão (PP/DF).

“Queremos preservar o espírito da Lei da Aprendizagem, que é fornecer aos jovens o primeiro acesso ao mercado de trabalho, de forma protegida e qualificada”, explica o presidente Bob Machado.



O presidente Bob Machado, a diretora Rosa Jorge e o AFT Ramon de Faria Santos se reúnem com o relator do Estatuto do Aprendiz

DIREITOS DA MULHER

A MP 1.116/2022 ensejou ainda a defesa dos direitos das trabalhadoras, uma vez que, dentre outras imposições, o dispositivo trata da inserção de mulheres no mercado de trabalho. Além de reuniões com a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, o SINAIT esteve representado em audiência pública da Comissão dos Direitos da Mulher da Casa, no dia 7 de julho.

Na oportunidade, a diretora do Sindicato Rosângela Rassy falou dos pontos que afetam a empregabilidade de mulheres, como: a desobrigação dos empregadores, que adotarem o reembolso-creche, de instalar local apropriado para guarda e assistência dos filhos em período de amamentação; e a desfiguração do uso do FGTS, haja vista a permissão, por parte da MP, da utilização desses recursos para custeio de creche, cujo fornecimento é uma obrigação do Estado.



Diretora do SINAIT Rosângela Rassy, na audiência pública “Efeitos da Medida Provisória 1.116 sobre os direitos das mulheres”

“Não dá para jogar nos ombros dos empregados os riscos da atividade econômica. E não podemos aceitar que toda hora alguém meta a mão no fundo de garantia. O desemprego ameaça os trabalhadores sempre e cada vez mais, e o FGTS é a proteção contra ele”, argumentou Rassy.



SINAIT se reúne com assessores da Secretaria da Mulher da Câmara para pedir ajustes no texto da MP

O SINAIT segue mobilizado em defesa dos direitos dos jovens aprendizes, das mulheres, bem como de todo o conjunto da classe trabalhadora, e seguirá atuando frente à MP 1.116/2022, ao Decreto 11.061/2022 e ao PL PL 6.461/2019. Acompanhe notícias em nosso site (sinait.org.br). ➕



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Criação do Domicílio Eletrônico Trabalhista é mais uma conquista do Sindicato

Sistema, instituído pela Lei 14.261/2021, centraliza a comunicação entre o Estado e os empregadores, tornando-a mais ágil e eficiente

“É uma reivindicação antiga do SINAIT, que merece todo apoio”. Com essas palavras, o relator da então Medida Provisória (MP) 1.058/2021, deputado federal José Nelto (Podemos/GO), acatou emenda que criou o Domicílio Eletrônico Trabalhista, acolhido, posteriormente, na Lei 14.261/2021. O novo sistema, que aguarda regulamentação do Ministério do Trabalho e Previdência, representa uma grande transformação digital na fiscalização trabalhista brasileira e redundará na economia de recursos públicos, bem como em mais segurança para os Auditores-Fiscais do Trabalho.

Com a centralização das comunicações entre o Estado e o empregador, no que tange às ações de fiscalização do trabalho, o Domicílio vai diminuir as despesas com correio, uma vez que a ciência ao empregador sobre quaisquer atos administrativos, ações fiscais, intimações e avisos em geral será dada por meio eletrônico. Também fica dispensada a publicação no Diário Oficial da União. A ferramenta representa, ainda, a melhoria do processo burocrático na outra ponta, visto que o empregador terá conhecimento imediato de qualquer notificação, garantindo tempo hábil para apresentação de documentação, de defesa ou, se for o caso, de recurso.



Bob Machado, presidente do SINAIT, e o relator da MP 1058 na Câmara, deputado José Nelto

Para os Auditores-Fiscais do Trabalho, a criação do mecanismo é parte, ainda, da solução de outro problema: a segurança. “A regulamentação do Domicílio Eletrônico Trabalhista reduzirá o contato direto com as empresas fiscalizadas, especialmente na entrega de

multas, resguardando o Auditor, neste momento crítico, de ameaças e violências, das quais, infelizmente, a fiscalização do trabalho no Brasil tem sido alvo recorrente”, pontua Carlos Silva, vice-presidente do SINAIT.

Conforme defendeu o deputado José Nelto, em seu relatório, a medida “coloca a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em sintonia com as disposições do Código de Processo Civil de 2015” e, mais que isso, coloca a fiscalização trabalhista em sintonia com o novo mundo do trabalho, que passou por grandes transformações durante a pandemia.



Rosa Jorge, Olga Machado e Samuel Alves Silva reunidos com o presidente do Sindipetro, Ageu Cavalcanti

TRABALHO PARLAMENTAR

Do envio da MP ao Congresso à sanção da Lei 14.261/2021, em 16 de dezembro, o Sindicato desenvolveu um trabalho constante e consistente visando à aprovação do novo sistema. No gabinete do deputado José Nelto, a interlocução, que contou com

o apoio do Sindipetro/GO, buscou, com a apresentação de argumentos críveis, a inclusão da emenda que criava o Domicílio Eletrônico Trabalhista no parecer da MP 1.058/2021.

Com o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, no dia 16 de novembro, os esforços se centraram no Senado Federal, onde a Diretoria do SINAIT atuou junto ao relator, Chiquinho Feitosa (DEM/CE). Mesmo diante de pressões para alterar a MP, o parlamentar manteve a redação enviada pela Casa iniciadora e envidou esforços para a aprovação integral da medida.



Trabalho parlamentar em prol da criação do Domicílio Eletrônico Trabalhista

O último obstáculo à aprovação, ainda no Senado, foi superado também com muito diálogo. Tratou-se da tentativa de supressão apresentada por emenda pela senadora Rose de Freitas (MDB/ES). “A senadora voltou atrás e retirou sua emenda de tramitação,

depois que a convencemos sobre a importância do mecanismo para a Fiscalização do Trabalho e para os empregadores”, explica Bob Machado



Bob Machado solicita apoio do então secretário do Trabalho, Luís Felipe Oliveira, à sanção integral do texto da MP

O trabalho em prol do Domicílio Eletrônico Trabalhista segue, agora, junto à Administração, a quem cabe o desenvolvimento e a regulamentação da ferramenta. O SINAIT acompanhará todos os passos, atento à eficiência e segurança do processo. “Mais um passo em direção à modernização da fiscalização do trabalho foi dado. Seguimos atuantes e obstinados a buscar e implementar as melhorias necessárias”, afirma Rosa Jorge, diretora do Sindicato. ➕



ATÉ A REGULAMENTAÇÃO

Trabalho em defesa do Bônus de Eficiência segue no Executivo

“Seguiremos na luta para dar celeridade à regulamentação da parcela”, reafirma o presidente do SINAIT, Bob Machado

Até a regulamentação. A luta do SINAIT para o cumprimento efetivo do acordo salarial 2015, que previu a criação do Bônus de Eficiência e Produtividade da Auditoria Fiscal do Trabalho, segue em todas as frentes. No dia 4 de julho, o presidente do Sindicato, Bob Machado, se reuniu com o relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2023, senador Marcos do Val (Podemos/ES), para tratar do tema.

Na oportunidade, Bob lembrou a luta que o Sindicato tem travado, desde a publicação da Lei 13.464/2017, para regulamentar a verba que já teve,

inclusive, a constitucionalidade confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Diante de todo esse histórico, o representante sindical pediu ao parlamentar atenção ao dispositivo, incluído pelo próprio relator no projeto, que possibilita a regulamentação de gratificações estabelecidas por lei. O texto-base foi aprovado, uma semana depois da reunião, contendo tal previsão.



SINAIT se reúne com relator da LDO 2023, senador Marcos do Val

O trabalho se concentra, agora, no Executivo. O SINAIT busca diálogo para destravar o processo de regulamentação. No dia 9 de julho, dirigentes se reuniram com representantes do Ministério da Economia para cobrar o andamento da minuta de decreto. “A regulamentação da parcela é o fechamento desse processo, iniciado em 2015. É o efetivo cumprimento do acordo salarial. Essa pauta se difere do atual pleito pela recomposição salarial”, pontuou o presidente do SINAIT.

Confrontado pelos argumentos, o diretor Substituto do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público, José Borges Filho, reconheceu que o bônus, sem regulamentação, perde o caráter de parcela remuneratória variável com o qual foi criado, como forma de aferir e estimular a produtividade e um melhor desempenho no serviço público. “Outro ponto é que não vemos essa demanda como uma questão salarial”, disse, mas condicionou a regulamentação à questão orçamentária e fiscal.



SINAIT reforça o pedido de apoio ao ministro do Trabalho e Previdência

Ainda no âmbito do Executivo, o Sindicato tem reiterado, em reuniões recentes, a solicitação de apoio ao Ministério do Trabalho e Previdência. Na última reunião com o ministro José Carlos Oliveira, no dia 28 de junho, a Diretoria, representada por

Bob Machado e pela diretora Rosa Jorge, cobrou da Pasta o acompanhamento da tramitação do decreto no Ministério da Economia, de modo a garantir o andamento da minuta paralelamente à proposta que regulamenta a parcela dos servidores da carreira da Receita Federal. A solicitação já havia sido apresentada ao ministro em abril. “Contamos com o seu apoio para que a regulamentação se efetive com a maior celeridade possível”, afirmaram os dirigentes, na ocasião.

A pauta segue, até a regulamentação, como prioridade do SINAIT. “Seguiremos na luta para dar celeridade à regulamentação da parcela. Concentraremos todos os esforços nesse sentido, fazendo os contatos políticos necessários para dar celeridade ao trâmite da minuta em todas as instâncias”, reafirma Bob Machado.

O resumo do trabalho realizado nos últimos meses com o objetivo de regulamentar o Bônus foi detalhado na última edição do Boletim Especial. Para relembrar, faça o download no link abaixo.



**BAIXE O
BOLETIM**

BOLETIM ESPECIAL Resumo da Atuação Jurídica 2021

Trabalho consistente do SINAIT garante avanços nas demandas judiciais dos AFTs

8 GIFA Atuação contra a PEC 23/2021 garante espaço para pagamento dos precatórios	4 BÔNUS DE EFICIÊNCIA Aposentados e pensionistas com direitos garantidos	10 VITÓRIA Mandado de Segurança preserva requisitos para promoções na carreira
---	--	--

SINAIT

TRÂNSITO EM JULGADO

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6562, que questionava a legitimidade do pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade aos Auditores-Fiscais do Trabalho e da Receita Federal do Brasil, bem como aos Analistas-Tributários da Receita, transitou em julgado no dia 6 de abril. Dessa forma, fica sacramentada a legitimidade da parcela em conformidade com a Lei nº 13.464/2017, superando quaisquer obstáculos postos até aqui pela Procuradoria-Geral da República (PGR), bem como pelo Tribunal de Contas da União (TCU), entre outras instituições.

Ajuizada pela PGR, em setembro de 2020, a ADI alegava que os integrantes das carreiras beneficiadas não teriam direito à parcela porque eram remunerados por subsídio, o que é um equívoco, porque a forma de remuneração desses servidores havia sido alterada para vencimento básico em 2017, pela Lei 13.464.

A ADI nº 6562 foi julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal no dia 8 de março. Nove ministros atestaram a constitucionalidade do Bônus, acompanhando o voto do relator, ministro Gilmar Mendes. Apenas o ministro Edson Fachin votou favoravelmente, com ressalvas, à matéria. [+](#)

Com informações: Ascom/SINAIT



MAIS RECURSOS

SINAIT atua para ampliar orçamento da Inspeção do Trabalho

Em 2021, articulação do Sindicato garantiu a inclusão de R\$ 5,5 milhões em verbas no PLOA

O Brasil passa por um processo de desmonte do orçamento da fiscalização do trabalho. Ano a ano, a rubrica vem sofrendo cortes e contingenciamentos e encontra-se no menor patamar da história. A situação, que põe em risco a realização de ações, é recorrentemente denunciada pelo SINAIT à imprensa e a organismos internacionais. A entidade também atua no Parlamento com o objetivo de ampliar o orçamento e garantir condições fiscais para a manutenção das fiscalizações. Desde 2019, esse trabalho já culminou na previsão de mais de R\$ 25 milhões em recursos extras nos projetos de lei de orçamento anual.

Com vistas à preservação das ações em 2022, o presidente do Sindicato Nacional, Bob Machado, articulou junto ao relator do PLOA, deputado Hugo Leal (PSD/RJ), com o apoio do deputado federal Sanderson (PSL/RS), a apresentação de uma emenda com R\$ 5,5 milhões em verbas extras.

Em reuniões realizadas em dezembro, no gabinete do relator, o presidente do SINAIT defendeu a necessidade de recompor o orçamento destinado à fiscalização de obrigações trabalhistas e inspeção em segurança e saúde no trabalho. “A categoria, além de atuar na proteção ao trabalhador e à infância, também tem caráter arrecadatório. A ampliação do orçamento irá fortalecer nossas ações pelo país”, ponderou, e completou alertando sobre a insustentabilidade da situação. “Sem os mínimos recursos para reestruturação e renovação dos equipamentos e da logística da Inspeção do Trabalho, nem mesmo o esforço dos poucos Auditores-Fiscais será suficiente para manter com a devida excelência as ações da fiscalização do trabalho”.

A atuação garantiu a inclusão da emenda com a ampliação dos recursos no PLOA 2022, aprovado pelo Congresso Nacional em 21 de dezembro.

NOVOS CORTES

Mas, seguindo a tendência dos últimos anos, o presidente Bolsonaro vetou parte do orçamento da fiscalização trabalhista. O corte retirou R\$ 4,7 milhões da previsão inicial e colocou, mais uma vez, a continuidade das ações sob ameaça.

O SINAIT reagiu. Em entrevistas à imprensa, o vice-presidente, Carlos Silva, denunciou que os inves-

timentos na área são insuficientes para atender às demandas da sociedade, especialmente em um contexto de pandemia, no qual aumentaram as denúncias de trabalhadores mantidos em condições análogas à escravidão. “O orçamento para fiscalizações não é protegido. Nós temos um montante que se mistura com toda a Inspeção do Trabalho. Todos os anos, quando tem contingenciamento, o orçamento da fiscalização é cortado. É sempre uma decisão política”, afirmou ao jornal Correio Braziliense, ao explicar o impacto dos cortes impostos.

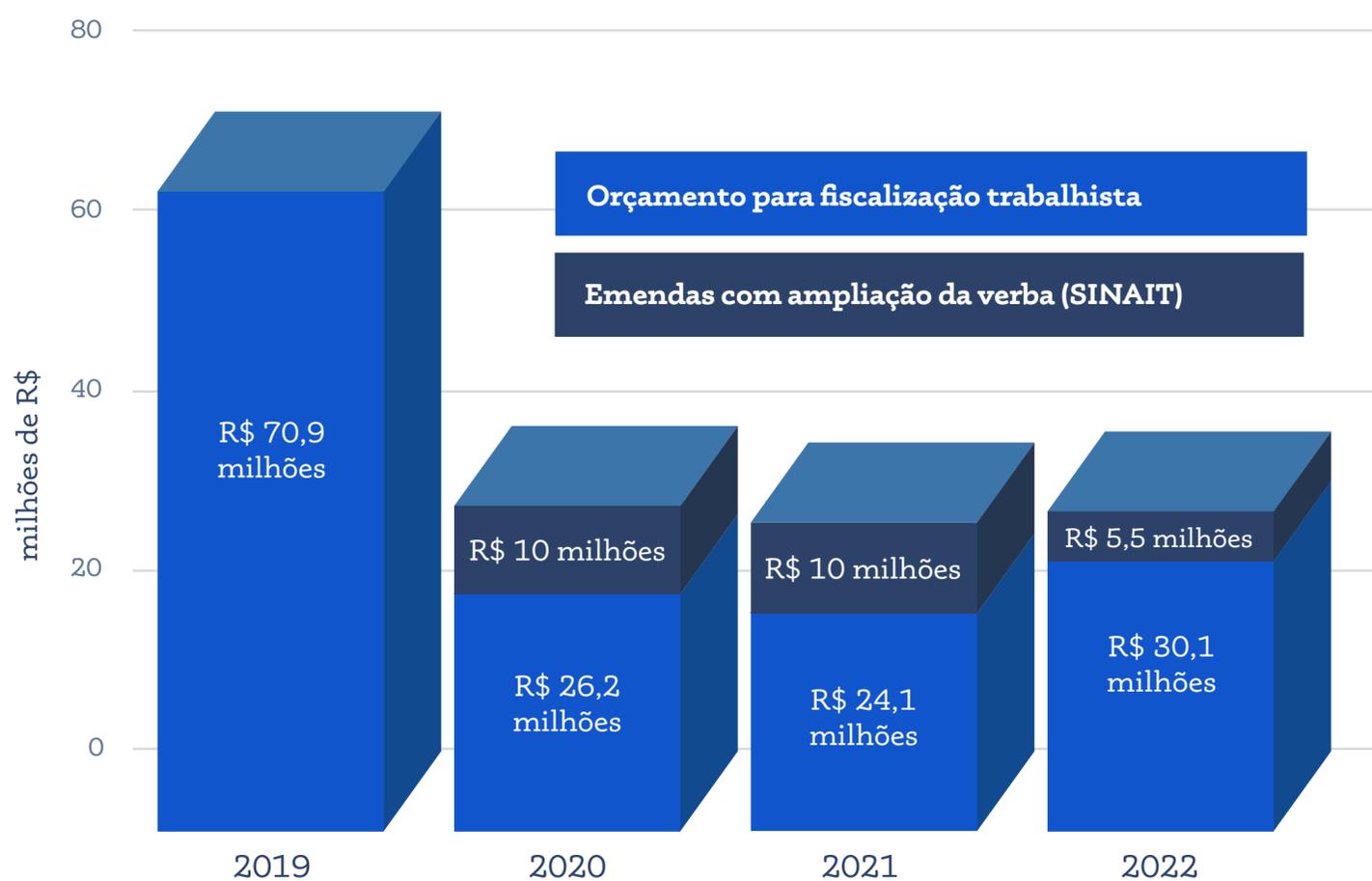


A situação também foi levada ao conhecimento da Embaixada dos Estados Unidos, em reunião realizada no dia 25 de janeiro. Na ocasião, representantes do Sindicato apresentaram o panorama de crescentes cortes e denunciaram a ausência de dotação específica para o combate ao trabalho escravo na peça orçamentária - rubrica que existia até 2011. A alteração, na avaliação da entidade, fragilizou as políticas de enfrentamento à questão no país. As informações vão constar no Relatório Anual sobre Direitos Humanos dos estados-membros das Nações Unidas.

De volta ao Congresso Nacional, o Sindicato trabalhou pela derrubada do veto. Em reunião realizada no dia 17 de fevereiro, com o líder do PSDB na Câmara, deputado Adolfo Viana (BA), o presidente Bob Machado e o delegado sindical do Piauí Alex Myller solicitaram apoio para recomposição da verba. A pauta foi levada a gabinetes de outros parlamentares. No entanto, o veto foi mantido por 220 votos favoráveis e 107 contrários, em deliberação no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 21 de abril.

HISTÓRICO

A ampliação dos recursos para fiscalização é uma pauta permanente e prioritária do SINAIT. Veja no gráfico abaixo a trajetória da dotação financeira autorizada e o resultado do trabalho do Sindicato desde 2019. ➕





MAIS INFÂNCIA

Enfrentamento do Sindicato adia votação de matéria que reduz a idade mínima para o trabalho no Brasil

Proposta de Emenda à Constituição 18/2011 autoriza o trabalho sob regime parcial a partir dos 14 anos de idade

Dez anos após ser apresentada, a PEC 18/2011 foi, novamente, colocada em pauta em 2021. O texto, que prevê a alteração do artigo 7º da Constituição Federal para permitir que adolescentes, a partir de 14 anos, trabalhem “sob o regime de tempo parcial”, encontrou a resistência do SINAIT e das entidades que atuam em frentes de proteção à infância. O trabalho evitou a votação do relatório pela admissibilidade da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, em novembro.

Representantes do Sindicato buscaram interlocução com parlamentares membros da CCJC para alertar sobre flagrantes inconstitucionalidades da matéria, além de pontuar os impactos negativos que as mudanças previstas poderiam representar para o combate ao trabalho infantil no Brasil.



Entidades reunidas na articulação contra PEC 18 na CCJC

“Não é colocando adolescentes pobres para trabalhar que os problemas de emprego do país serão resolvidos. Ao serem submetidos ao trabalho, crianças e adolescentes perdem a chance de obter educação, profissionalização, e serão, no futuro, trabalhadores precarizados, sob risco de também serem vítimas de trabalho escravo”, sublinhou Bob Machado, presidente do SINAIT, em conversas com deputados.

Para impedir a votação açodada da matéria, sem o necessário debate público, o Sindicato articulou junto à deputada Maria do Rosário (PT/RS) a apresentação de requerimentos para realização de audiências públicas. Mas as solicitações foram atropeladas pela inclusão da leitura do relatório do deputado Paulo Eduardo Martins (PSC/PR) na pauta da CCJC - procedimento que precede a votação. Diante da manobra, os esforços se centraram no adiamento da delibera-

ção. Foram apresentados novos requerimentos, dessa vez com o objetivo de retirar a matéria da pauta.

Fora do Congresso Nacional, o SINAIT se reuniu, no dia 29 de outubro, com representantes do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) para debater novas ações e estratégias para impedir a votação da PEC 18/2011. O principal encaminhamento foi a intensificação do corpo a corpo e da mobilização virtual.

Todas as sessões subsequentes da CCJC foram acompanhadas *in loco* pelo presidente Bob Machado, que abordou individualmente os parlamentares para reforçar os argumentos pela rejeição da matéria.

Com o início da deliberação, as deputadas Maria do Rosário e Fernanda Melchionna (PSOL/RS) apresentaram voto em separado, pelas bancadas dos respectivos partidos na CCJC, pela rejeição da proposta.

“Salta aos olhos que a PEC 18/2011 representa graves retrocessos sociais, uma vez que desconsidera a criança e o adolescente como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, devendo ser protegidos das mazelas sociais de um Estado desigual e violento”, enfatizou a psolista.

Na mesma linha, seguiu a arguição do Partido dos Trabalhadores. “ O trabalho infantil deixa marcas na infância que, muitas vezes, tornam-se irreversíveis e perduram até a vida adulta. Traz graves consequências à saúde, à educação, ao lazer e à convivência familiar. Os impactos negativos do trabalho infantil vão desde aspectos físicos, psicológicos como também educacionais”, diz trecho do voto.

Como resultado dos esforços das entidades e da oposição, a matéria não foi votada na CCJC em 2021 e, atualmente, aguarda a designação de um novo relator. Cabe lembrar que a PEC em tela, apresentada em 2011, já foi analisada em diversas ocasiões pela mesma Comissão. Os últimos relatórios, proferidos em 2019 e em 2016, respectivamente, pelos então deputados João Roma e Betinho Gomes, foram pela inadmissibilidade da proposta.

O SINAIT segue vigilante e pronto para atuar contra a retomada da pauta. Os direitos das crianças e dos adolescentes, especialmente no que diz respeito à aprendizagem, também são um princípio caro para a Auditoria Fiscal do Trabalho no Brasil. ➕



Deputado Bira do Pindaré (PSB/MA)



Tereza Nelma (PSDB/AL)



Pedro Cunha Lima (PSDB/PB)



Maria do Rosário (PT/RS)



Érika Kokay (PT/DF)



Orlando Silva (PCdoB/SP)



Fernanda Melchiona (PSOL/RS) e Sâmia Bomfim (PSOL/SP)



Pompeu Mattos (PDT/RS)

10 motivos para a REJEIÇÃO DA PEC 18/2011

1 O projeto pretende, na verdade, a redução da idade mínima para o trabalho no Brasil.

2 Diferença entre a aprendizagem profissional, aspecto formativo, e o trabalho em regime de tempo parcial, aspecto produtivo.

3 Violação aos direitos fundamentais à proteção no trabalho e à profissionalização.

4 Fere um dos princípios norteadores da Carta Magna - a dignidade humana.

5 Violação de cláusula pétrea, ao tentar abolir os direitos e garantias individuais.

6 Violação ao disposto na Convenção nº 138 da OIT, ao reduzir a idade mínima para admissão a emprego ou trabalho.

7 Prejuízos à saúde, à segurança e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

8 Consequências para a educação - trabalho infantil é um dos principais motivos para adolescentes não frequentarem a escola.

9 Subversão do papel da família, da sociedade e do Estado.

10 Consequências econômicas e sociais - exclusão social, marginalização, pobreza, desemprego.



MAIS INOVAÇÃO

FGTS Digital garante incremento da fiscalização e redução de burocracias

Plataforma foi divulgada no dia 4 de maio; SINAIT acompanhou concepção e apresentou sugestões desde os primeiros passos do projeto, ainda em 2019

A Auditoria Fiscal do Trabalho segue provendo inovação, de modo a incrementar os instrumentos de fiscalização e simplificar procedimentos. A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho e Previdência, disponibilizou no último dia 4 de maio o portal do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) Digital. O SINAIT acompanhou a concepção e apresentou sugestões desde os primeiros passos do projeto, agora concretizado, que teve sua criação aprovada em maio de 2019.

A nova plataforma permitirá, por meio de sistemas integrados, inclusive o eSocial, o gerenciamento dos processos relacionados ao recolhimento do FGTS. Será possível, por exemplo, gerar guias personalizadas e efetuar o recolhimento de diferentes competências em um só documento. A ferramenta também proporcionará atividades referentes a estornos, restituições, compensações e parcelamentos no ambiente virtual.

Além de visar à desburocratização e à transparência - dinamizando o acesso a informações, facilitando o dia a dia do empregador, melhorando o ambiente de negócios e, conseqüentemente, o custo Brasil -, a iniciativa representa o fortalecimento da Inspeção do Trabalho, na medida em que coíbe fraudes e auxilia nas ações de fiscalização desse direito constitucional dos trabalhadores.

“O projeto nos interessa por representar ganho de eficiência na fiscalização do FGTS”, destacou o então presidente do Sindicato Nacional, Carlos Silva, em reunião com representantes da SIT, em junho de 2019.

“É inafastável a assunção total das atividades de gestão e operação do Fundo, não sendo admissível qualquer cenário que despreze a expertise da Auditoria Fiscal do Trabalho nos processos de tomadas de decisões no âmbito da gestão, especialmente”, alertou, ainda, Carlos Silva, na mesma oportunidade.

Com o FGTS Digital, a Caixa Econômica Federal, que continuará cuidando da gestão das contas vinculadas, passa a gestão e operacionalização do processo de arrecadação para a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho. ➕

Saiba mais sobre a ferramenta no link abaixo.



bit.ly/37Hs6wS

38° ENAFIT

Após dois anos de restrição em virtude da crise sanitária, o 38° Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Enafit) está confirmado. O evento, que será realizado entre os dias 20 e 25 de novembro, em Recife, Pernambuco, terá como tema “Auditoria-Fiscal do Trabalho Essencial para o Futuro”. Dentre as pautas em debate, estão as mudanças impostas pela pandemia e desafios a serem enfrentados nos Poderes Legislativo e Executivo.

“O Encontro deste ano representará a esperança do recomeço. Vamos contar com a força e alegria dos pernambucanos para que o evento traga mais união para a categoria”, afirma o presidente do SINAIT, Bob Machado.

A cidade conta com uma boa infraestrutura de hotéis e serviços, além da diversidade da cultura local, entre eles a culinária e os pontos históricos. Aproveite para estender mais sua estadia e se divirta com o que Recife tem para oferecer.

As inscrições para o 38° Enafit estão abertas até junho. Mais informações no site [🔗 sinait.org.br](https://sinait.org.br).



SINAIT INDICA



Filme "Pureza"

Pureza (Dira Paes) sai em busca de seu filho Abel (Matheus Abreu), desaparecido após partir para o garimpo na Amazônia. À procura do filho, Pureza acaba encontrando um sistema de aliamento e cárcere de trabalhadores rurais. Ela se emprega em uma fazenda onde testemunha o tratamento brutal de trabalhadores e o desmatamento da floresta. Pureza escapa da fazenda e denuncia os fatos às autoridades federais. Sem credibilidade e lutando contra um sistema forte e perverso, ela retorna à floresta para registrar provas.

PUREZAOFILME.COM.BR